

## A livre iniciativa, só tolerada.

Professor Titular de Direito Econômico  
da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie e  
Conselheiro da OAB-Seccional de São Paulo

Ives Gandra da Silva Martins.

A nova classe ociosa não acredita na livre iniciativa. Tolerá-a na medida em que possa servir aos seus desígnios de manutenção do poder. Engana-a de todas as formas possíveis, procurando ofertar-lhe o oxigênio necessário para que não pereça até que tenha absorvido todo seu know-how ou a tenha constituído em serva permanente de sua ação.

Por outro lado, a nova classe ociosa possui um discurso social de efeitos retóricos superiores aos resultados práticos, visto que estes são de impossível obtenção, pois que os recursos destinados à classe inferior são desperdiçados pelas necessidades crescentes, inúteis e supérfluas de manutenção dos privilégios que os governantes se auto-outorgam.

Assim sendo, o discurso da nova classe ociosa é repleto de inviabilidades em relação à iniciativa privada e repleto de irrealidades em relação às aspirações sociais. A ação, todavia, é perversa e nitidamente contrária à iniciativa privada e às aspirações sociais do povo.

E que a dicção da nova classe ociosa pretende que as empresas vivam sem dar lucro e que a elevação da condição de vida do operariado ocorra, sem sacrifício dos governantes e por transferência de riqueza dos governados mais ricos. Esta transferência, entretanto, faz-se apenas para as burras governamentais, visto que a voracidade fiscal é tanto maior quanto maior a ineficiência pública.

A retórica da nova classe ociosa de que a empresa pode ser tolerada pelo Estado, desde que encarcerada em seus padrões preconceituosos e de que a ordem social deve estar desvinculada da ordem econômica sendo um direito do cidadão, embora meramente programático, posto que não obrigando o Estado a garanti-lo se não em um futuro remoto e incerto, à evidência, facilita o domínio da classe ociosa sobre a classe não ociosa.

A reversão desse domínio iníquo apenas se dará no momento em que a classe não ociosa unir-se para impor à classe ociosa o seu estilo de trabalho e produção. Em vez de aceitar passivamente a ingerência governamental, tem o direito de inserir-se nas atividades governamentais para controlá-las. Em vez de aceitar o discurso de que a empresa privada apenas é admissível se for útil, deve reverter a dicção e apenas permitir a empresa estatal, se necessária e de utilidade inequívoca. Em vez de ofertar ao Estado o direito de definir as regras do jogo que orientam a economia de mercado, necessita impor as regras do jogo aos governos para que não atrapalhem a evolução do país. Em vez de submeter-se à afirmação de que o povo é meio para realização da classe ociosa no Estado-fim, precisa lutar para que o Estado seja apenas meio e que suas funções sejam destinadas ao povo, constituído pela classe não ociosa.

Dos 10 maiores PNBs do mundo oito pertencem às economias de mercado e dois às economias inteiramente planejadas. Ou melhor, as economias que se sujeitam à planificação global da classe ociosa, sem ingressar no mundo criativo dos desafios de mercado (Rússia e China).

No Brasil, Ruy Mesquita (Introdução ao nosso livro "O Poder", Ed. Saraiva), em estudo sociológico de grande atualidade, demonstra como a classe ociosa fere a economia de mercado e atrasa o desenvolvimento nacional. Henry Maksoud, discípulo de Hayek, por sua vez, nos artigos de fundo da revista Visão, atribui, com propriedade, a Keynes o fortalecimento da classe ociosa e os descompassos que o excessivo planejamento terminou por trazer à economia moderna. Felizmente, o mundo civilizado reage aos freios criados por J.M. Keynes, a título de gerar aceleradores, estando em franca reversão as teorias do pensador inglês, mais hábil político do que bom economista. Suas teorias vingaram, durante muito tempo, menos por seu valor intrínseco e mais pelo custo ínfimo do principal fator econômico, que era o energético. Depois do 1º choque do petróleo, em que o preço da energia atingiu seus patamares de mercado, à evidência, a teoria do gasto inútil, do planejamento econômico, dos controles inibidores passou a ser menos encantadora e gradativamente abandonada pelos técnicos da economia.

O mundo só poderá evoluir se empresários e empregados entenderem-se na busca de crescimento dos mercados, em que a livre iniciativa será tanto mais forte quanto mais pessoas com condições de comprarem seus produtos surgirem.

As políticas monetária (disciplina da moeda e do crédito) e fiscal (com estímulos e desestímulos) devem ser direcionadas para tal finalidade de expansão de mercados, mas fora dos controles da classe ociosa e sob permanente pressão da classe não ociosa (trabalhadores e empresários). E tal pressão poderá ser exercida, de um lado, através do Congresso e do sistema parlamentar de governo e, de outro, através de um Poder Judiciário fortalecido, que obstaculize os exercícios pirotécnicos da classe ociosa nos planejamentos econômicos.

Só haverá uma ordem econômica forte e social justa, se, aqueles que a realizem (empresários e empregados), controlarem a capacidade de desorganização econômica de que a classe ociosa é capaz. Só haverá, pois, se o poder de fato for transferido para a classe não ociosa, que obrigará a classe ociosa a exercer o poder de direito, em padrões rigorosamente regulamentados.

OESP 13-05-87

Tab. Power 2